

Economia.

Justiça proíbe Oi de vender chips de celular
Pág.32

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadineiro

MUDANÇA TRIBUTÁRIA 68 CIDADES GANHARÃO MAIS A PARTIR DE 2015

Se sancionada, lei fará nova distribuição de ICMS do petróleo

/// RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

A maioria dos municípios capixabas vive a expectativa da decisão do governador Renato Casagrande a respeito do projeto de lei, aprovado pelos deputados estaduais, que exclui as operações de transferência de petróleo e gás natural para fins de apuração dos critérios que definem o índice de distribuição do ICMS para as cidades.

Se o projeto for sancionado – a sinalização vinda do Palácio Anchieta é a de que não haverá veto – um pequeno grupo de municípios, formado pelos produtores de petróleo, deixará de concentrar boa parte do ICMS e boa parte das cidades do Estado receberá mais dinheiro.

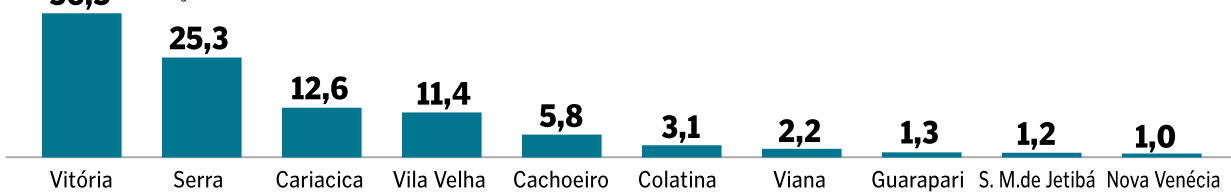
Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Viana e Guarapari são os municípios que terão maior acréscimo de receita, caso o projeto de lei seja sancionado. Os que perderão são: Itapemirim, Linhares, Aracruz, Anchieta, Marataizes, São Mateus, Jaguaré e Piúma.

“Nossa expectativa é que haja a correção da situação distorcida em que os produtores de petróleo tiram

NOVO REPASSE DE VERBAS

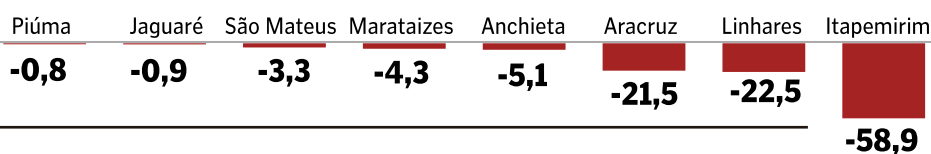
As 10 cidades que mais ganham

36,5 Variação em R\$ milhões



As 8 cidades que mais perdem

Variação em R\$ milhões



Outros municípios

Barra de São Francisco	0,9	Vila Valério	0,4	Alfredo Chaves	0,2	São José do Calçado	0,1
Sooretama	0,7	Alegre	0,4	Irupi	0,2	Água Doce do Norte	0,1
Castelo	0,7	Mimoso do Sul	0,3	Brejetuba	0,2	Muqui	0,1
Domingos Martins	0,7	Guaçu	0,3	Fundão	0,2	Jerônimo Monteiro	0,1
Venda Nova do Imigrante	0,7	Iconha	0,3	Boa Esperança	0,2	Mantenópolis	0,1
Conceição da Barra	0,6	Montanha	0,3	Itaguaçu	0,2	Laranja da Terra	0,1
Baixo Guandu	0,6	Lúna	0,3	São Roque do Canaã	0,2	Presidente Kennedy	0,1
São Gabriel da Palha	0,6	João Neiva	0,3	Muniz Freire	0,2	Mucurici	0,1
Rio Bananal	0,4	São Domingos do Norte	0,3	Ibiraçu	0,2	Ponto Belo	0,1
Pinheiro	0,4	Atílio Vivácqua	0,3	Águia Branca	0,2	Dores do Rio Preto	0,1
Afonso Cláudio	0,4	Marilândia	0,3	Pancas	0,2	Ibitirama	0,1
Ecoporanga	0,4	Pedro Canário	0,3	Itarana	0,2	Bom Jesus do Norte	0,1
Santa Teresa	0,4	Governador Lindenberg	0,3	Santa Leopoldina	0,2	Alto Rio Novo	0,1
Marechal Floriano	0,4	Ibatiba	0,3	Rio Novo do Sul	0,2	Apiaçá	0,0
Vargem Alta	0,4	Conceição do Castelo	0,2	Vila Pavão	0,1	Divino São Lourenço	0,0

A Gazeta | Editoria de Arte | Genilido

receita dos demais municípios”, avalia o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim.

Ele lembra que a maioria dos municípios capixabas

enfrenta o quadro complicado de perda de receita a cada ano. Se for estabelecida uma situação de estancamento da perda de recursos os gestores das cidades que passarão a receber

mais recursos terão condições de planejar suas ações com mais tranquilidade.

O governo estadual, por meio da assessoria da Casa Civil, informou que o projeto de lei está em análise na Pro-

curadoria Geral do Estado (PGE) e na Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz). Procurado para dizer se haveria tempo para rever o Índice de Participação dos Municípios (IPM) para 2015, o

secretário da Fazenda, Maurício Duque, por meio de sua assessoria, disse que não se pronunciará, porque o projeto de lei está em análise.

A expectativa dos municípios, lembra o presidente da Amunes, é que o projeto de lei seja sancionado pelo governador a tempo de serem feitas as mudanças necessárias no IPM provisório já divulgado pela Sefaz. “Os municípios esperam que a mudança passe a valer a partir de janeiro próximo”, disse.

O secretário da Fazenda de Vitória, Alberto Borges, destacou a importância do projeto de lei que vai sanar “uma distorção muito forte na distribuição do ICMS”. Ele lembrou que a situação que hoje é grave ficará mais complicada no futuro, com o aumento da produção de petróleo e possível aumento do preço do produto.

De acordo com estudo feito por economistas, com a atual sistemática de distribuição, em 2015, cerca de 10% de todo o ICMS será repassado em função do Valor Adicionado Fiscal (VAF) do petróleo. Nos próximos cinco a sete anos o percentual saltaria para 30% ou 40% e ficaria concentrado em cinco municípios.

Medida busca corrigir injustiças

/// O projeto de lei, aprovado pelos deputados estaduais, prevê a não inclusão das operações de transferência de petróleo e gás natural entre estabelecimentos de mesma propriedade do titu-

lar para fins de apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) e composição do Índice de Participação dos Municípios (IPM) no ICMS.

Na prática, o projeto de lei visa a excluir da apura-

ção do VAF e da composição do IPM as operações de transferência de petróleo e gás feitas pela mesma empresa. Por exemplo: as transferências que a Petrobras faz do petróleo extraí-

do no mar territorial capixaba para suas refinarias.

O autor da proposta, o deputado Rodrigo Coelho, explicou que o projeto de lei proporciona uma situação de maior equilíbrio

na distribuição do ICMS, ao mesmo tempo em que corrige injustiças.

“Os municípios produtores de petróleo estão recebendo uma riqueza que não é deles, é dos outros municípios”, destaca o parlamentar. Ele lembra que os royalties

são a receita dos produtores de petróleo e gás, e não repasse desta receita não houve alteração.

“Mais importante do que a correção da situação atual é evitar o impacto na receita dos municípios que ocorreria a longo prazo”, destacou Coelho.